

DITADURA(S) NO BRASIL: AUTORITARISMO, PROPAGANDA, APOIO CIVIL E ENSINO.

PAULO RENATO DA SILVA E FERNANDO MARTINS

Esse número da revista *Sures* é um desdobramento do dossiê “Ditaduras, Resistências e Memórias: ditaduras ibero-americanas em perspectiva comparada”, publicado no número anterior. A chamada para o dossiê recebeu um número expressivo de trabalhos sobre a(s) ditadura(s) no Brasil, o que abriu a possibilidade de publicação de um número exclusivo sobre o tema.

Em *Retratos da Arbitrariedade do Uso da Força e Violência em “Vidas Secas” e “Memórias do Cárcere”*, de Graciliano Ramos, Edson Sousa Soares e Carolina Duarte Damasceno Ferreira desenvolvem uma comparação interessante – ainda que inicial – sobre como o escritor representa o autoritarismo do governo Getúlio Vargas em uma obra ficcional e em outra memorialística. Ao analisar o personagem Fabiano de *Vidas Secas* – que tem que enfrentar a seca do Nordeste, os padrões e as autoridades policiais – e as memórias do escritor em *Memórias do Cárcere* – Graciliano Ramos foi preso durante o governo Vargas –, os autores consideram a presença em comum de uma situação-limite que marcaria as (re)ações de Fabiano – ou a falta delas – e as memórias do escritor. Entretanto, as respostas a essas situações-limite seriam diferentes, pois o escritor, ao dominar a linguagem, teria o poder de denunciar o autoritarismo sofrido, o que não se constata na construção do personagem Fabiano.

O artigo implicitamente nos lembra que a ditadura iniciada em 1964 não é a única que marca a história de nossa República. As medidas sociais, trabalhistas e nacionalistas de Vargas – compreensivelmente defendidas por setores da esquerda brasileira em tempos de neoliberalismo –, não podem provocar o silenciamento sobre os abusos sofridos por opositores naqueles anos. Finalmente, o artigo é um exemplo de iniciação científica bem-sucedida. Precisamos de políticas públicas que garantam recursos e estabilidade à formação de pesquisadores. Precisamos, também, de publicações acadêmicas que abram espaço para a publicação de jovens pesquisadores, independentemente da rigidez dos critérios de avaliação que pesam sobre nós. A reprodução desses critérios torna inócua a crítica que comumente fazemos aos parâmetros de avaliação.

Ainda sobre o uso da força em grupos vulneráveis, Milena Mulatti Magri enfoca a violência do Estado sobre o corpo feminino, sua sexualidade e seu sistema reprodutor. Em *Corpos Femininos, Violência e Autoritarismo*, a autora se concentra na história do Brasil e analisa um romance da década de 1930 – *A Estrela Sobe*, de Marques Rebelo –, testemunhos de mulheres torturadas pela ditadura instaurada em 1964

- testemunhos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade - e uma peça de teatro - *Zona Contaminada*, de Caio Fernando Abreu -, cuja primeira versão teria sido escrita entre 1977 e 1978, concomitantemente à referida ditadura. Apesar das particularidades dos períodos históricos e das linguagens das fontes analisadas, a autora defende que a literatura “define padrões de cultura e comportamento” e aponta como existe um processo de condenação moral e/ou (i)legal das mulheres que não aceitam os processos de normatização que recaem sobre si.

A violência contra a mulher também é o tema de Selly Laryssa de Fonsêca Lins em *Corpos feitos de memória: subjetivação e construção dos corpos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. A partir de depoimentos de mulheres que militaram contra a ditadura militar brasileira, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, o artigo destaca como o poder da repressão passava pelo domínio dos corpos das militantes, conforme se observa, sobretudo, nas torturas a que eram submetidas. A autora analisa como esses corpos são posteriormente ressignificados e se tornaram espaços de memórias, fundamentais para que a sociedade brasileira conheça - e sane - a dívida que tem com o seu passado e essas militantes.

Em “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: usos do tempo histórico e propaganda política da ditadura militar brasileira (1964-1979), Júlia Boor Nequette analisa os documentários *Em Ritmo de Futuro e Força Expedicionária Brasileira na Itália*, lançados em 1970 pela Agência Nacional - submetida à Presidência da República. A partir dos documentários e dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” cunhados por Reinhart Koselleck, a autora demonstra como a propaganda da ditadura se apropriava do passado - no caso, a participação do Brasil na Segunda Guerra

Mundial (1939-1945) - e simultaneamente se apresentava como uma ruptura com a história brasileira, sobretudo no que se refere ao “progresso” que dizia promover no país. Assim, o artigo indica que a propaganda da ditadura não pode ser restrita às necessidades imediatas das disputas políticas e envolvia elementos históricos e culturais que ajudariam a explicar o apoio de setores da sociedade brasileira aos militares. O artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e indica a capacidade da produção brasileira em dialogar com conceitos - como os de Koselleck - que pautam a produção internacional sem se esquecer dos problemas que nos cercam: é impossível ler o texto sem pensar nos discursos que pautaram a vitória de tantos militares nas eleições de 2018 no Brasil.

Em um interessante diálogo com o artigo anterior contamos com *A Ditadura Civil-Militar Brasileira nas Telas: os cinejornais da Agência Nacional e a propaganda política oficial*, de Isadora Dutra de Freitas. A partir de outros cinejornais produzidos pela Agência Nacional, a autora aprofunda como a propaganda da ditadura difundia uma autoimagem de onipotência sobre o país - além de outros pontos também analisados no artigo de Júlia Boor Nequette. O artigo se destaca, ainda, por um comparativo entre o uso dos cinejornais pelos presidentes militares, o que indica que houve a necessidade de responder a demandas específicas, apesar dos eixos em comum que marcaram esta produção propagandística. Dentre essas demandas específicas, a autora tem o cuidado de atentar para as mudanças técnicas que os cinejornais passaram para responder ao avanço da televisão e dos telejornais. Resultado de uma pesquisa de mestrado em fase de conclusão, o artigo serve de exemplo metodológico ao apontar para a necessidade de se analisar conjuntamente a “mensagem” da propaganda, a linguagem

empregada nos cinejornais e a Agência Nacional que os produzia: a autora analisa a legislação que embasava o funcionamento da agência e mostra que a sua busca por legitimidade passava, por exemplo, pela incorporação de civis conceituados nos campos do jornalismo e da produção cinematográfica.

O patrimônio histórico foi outro campo da esfera cultural no qual atuou a ditadura militar brasileira, conforme desenvolve Jeaniny Silva dos Santos em *Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: As políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal*. A autora indica como a política cultural da ditadura e, em especial, a referente ao patrimônio, era atrelada ao “desenvolvimento”, à “integração” do território e à Doutrina de Segurança Nacional defendidos pelo regime. Dentre os exemplos citados no artigo, o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas visava desenvolver o turismo em regiões como o Nordeste para garantir “progresso” e sua “integração” ao restante do território nacional. Uma das principais contribuições do texto é chamar a atenção para a necessidade de se compreender a política cultural e patrimonial da ditadura em conexão com as diretrizes internacionais colocadas pela UNESCO, ainda que este ponto não esteja no centro das atenções da autora. Apesar de ser uma análise bastante inicial, o artigo é uma boa introdução aos que desejam estudar o tema no Brasil ou tecer comparações com outros países.

O apoio de setores da sociedade civil à ditadura militar brasileira pode ser aprofundado no artigo *Em Defesa de um Projeto Político e Religioso: Intelectuais Católicos Brasileiros nos Congressos do “Office International”*, de Glauco Costa de Souza. A partir de intelectuais como José Pedro Galvão de Souza e Gustavo Corção, o autor demonstra como os congressos da organização católica

Office International na Suíça foram espaços nos quais a ditadura contou com a defesa de intelectuais contrários às correntes progressistas da Igreja. O artigo indica, ainda, como os congressos teriam sido importantes na construção da Marcha da Família com Deus pela Liberdade como marco da crise do governo João Goulart (1961-1964) e mostra do apoio da sociedade civil à intervenção militar.

Usos públicos do passado: os jovens e a ditadura nos canais de História do Youtube, de Jean Aparecido Presse e Juliana Pirola da Conceição Balestra, encerra este número da Sures sobre ditadura(s) no Brasil. O artigo analisa vídeos sobre a ditadura militar brasileira em canais de História do Youtube voltados para vestibulares e o ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio. Os autores concluem que nesses canais digitais predomina um “uso escolar” da História da ditadura, sem o devido aprofundamento, crítica e tampouco o estabelecimento de relações efetivas com o presente. Essas conclusões são pautadas, inclusive, nos comentários escritos por usuários dos canais. Além disso, apesar da plataforma digital, o artigo aponta que os recursos pedagógicos utilizados não primariam pela inovação. Apesar do cunho predominantemente descritivo, o texto é um bom convite para que a História contemple esses novos atores e espaços de produção e divulgação do conhecimento histórico.

Uma boa leitura a todas e todos!

Paulo Renato da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana (UNILA)
paulo.silva@unila.edu.br

Fernando Martins

Universidade de Évora (UÉ)
martinez@uevora.pt